



Pré-sal
Petróleo



FPSO Pioneiro de Libra

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA **2017**

Sumário

Mensagem do Presidente	3
Identificação geral da Pré-Sal Petróleo	5
Composição acionária	6
Interesse público subjacente às atividades empresariais	6
Políticas públicas – Atividades desenvolvidas	7
Acordos de Individualização da Produção (AIPs)	9
Comercialização de petróleo e gás natural	10
Metas em relação ao desenvolvimento da atividade	11
Recursos para custeio	12
Informações financeiras	12
Comentários dos administradores	12
Estrutura de controles internos e fatores de risco	13
Políticas e práticas de governança corporativa	13
Descrição da composição e da remuneração da administração	14

Mensagem do Presidente

Tendo completado o seu quarto ano de existência, a Pré-Sal Petróleo continua a consolidar sua atuação como braço da União na gestão e controle das atividades desenvolvidas no pré-sal brasileiro e encerrou 2017 preparando-se para realizar a primeira venda de petróleo da União, oriunda da Área de Desenvolvimento de Mero, Contrato de Partilha de Produção de Libra.

A atividade de comercialização, que compõe pilar de atuação da Pré-Sal Petróleo, aliada com a gestão dos contratos de partilha e a representação da União nos acordos de individualização da produção envolvendo áreas não contratadas internas ao Polígono do Pré-Sal ou a áreas estratégicas, começará de forma sistemática a partir do primeiro trimestre de 2018.

Em virtude das disposições trazidas na Medida Provisória nº 811, aprovada em 21 de dezembro de 2017, a empresa poderá optar por contratar um agente comercializador ou fazer a comercialização direta do petróleo e do gás natural da União, iniciando um novo fluxo, permanente, de receitas para o Fundo Social e para a saúde e educação, entregando à sociedade brasileira os frutos do modelo de partilha de produção.

Este é apenas o início de um projeto grandioso. O desenvolvimento pleno da Área de Desenvolvimento de Mero deve ocorrer entre 2021 e 2030. Certamente, nessa ocasião, a comercialização do petróleo e do gás natural da União já será fonte permanente de fomento do desenvolvimento social.

É importante enfatizar que a Pré-Sal Petróleo busca constantemente aprimorar a gestão dos contratos de partilha de produção, na qual, em um lado da balança, os custos são rigorosamente controlados, e, no outro, há esforços na busca de alternativas para maior produtividade. Em outras palavras, isso significa um montante maior de óleo lucro para a União e, conseqüentemente, melhor resultado para todos e mais investimento para o desenvolvimento da Nação.

Nesse sentido, gostaria de ressaltar o êxito da operação de Libra. Foram inúmeras as atuações da Pré-Sal Petróleo nesse projeto, desde atividades no Comitê Operacional e nos subcomitês técnicos até a verificação do cumprimento do conteúdo nacional e do reconhecimento de custos.

Também aprendemos inúmeras lições com nossos consorciados. A principal delas foi a força do trabalho colaborativo. Atuando em conjunto com as empresas Petrobras, Shell, Total CNOOC e CNPC, criamos um ambiente de transparência, interação e superação de desafios que vem garantindo o êxito da empreitada. Só na área de Pesquisa e Desenvolvimento, aprovamos mais de 20 projetos com grau de inovação na indústria brasileira.

Em outra frente de gestão e de geração de recursos para a União, trabalhamos nos projetos de individualização da produção. Quatro procedimentos já tiveram suas negociações concluídas, seis estão em negociação e 13 em análises técnicas sobre possíveis extensões de acumulações para áreas não contratadas, representando um potencial de 23 acordos ou pré-acordos de individualização da produção. Já há, inclusive, a expectativa de início das vendas, em 2018, de petróleo e de gás natural oriundos das jazidas compartilhadas de Lula e Sapinhoá.

Em uma visão de futuro, aprovamos este ano a Política de Gestão de Riscos da companhia e construímos o Plano Estratégico para o quinquênio 2018-2022, levando em conta a clara tendência de expansão da indústria petrolífera na área do pré-sal, evidenciada pelo interesse das operadoras internacionais nas 2ª e 3ª Rodadas de Partilha de Produção, da Agência Nacional do Petróleo.

Presenciamos o sucesso das rodadas de licitação em regime de partilha de produção e ganhamos, ali, novos parceiros na exploração do pré-sal. Das oito áreas oferecidas, seis foram arrematadas. O bônus pago pelos consórcios vencedores totalizou R\$ 6,15 bilhões. Em regra, o excedente em óleo ofertado atingiu percentuais muito superiores aos mínimos constantes do edital, chegando a 80% no caso do Entorno de Sapinhoá.

Cientes de que a gestão dos novos contratos aumentará significativamente a demanda, trabalhamos, ao longo do ano, na consolidação da nossa experiência na atuação do Contrato de Partilha de Libra e dos Acordos de Individualização da Produção, avaliando, simplificando e revisando processos e procedimentos. Também trabalhamos na especificação do Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGGP), que será licitado em 2018. Além de auxiliar a gestão dos contratos de partilha de produção, esse sistema agilizará a atualização da base de dados da companhia. No futuro, será possível fazer comparações de custos praticados por cada fase de projeto. Com o sistema, haverá aumento de eficiência dos controles internos da companhia.

No exercício de 2017 a empresa faturou, em média, R\$ 3,1 milhões por mês pela gestão dos contratos e acumulou, no ano, R\$ 2,9 milhões em receitas financeiras. Também recuperou R\$ 2,8 milhões em impostos, encerrando o exercício social com R\$ 30,4 milhões em caixa.

Para 2018, um horizonte de novos contratos e muito trabalho nos espera. Adotaremos com nossos novos parceiros, consorciados do pré-sal, o mesmo modelo colaborativo exitoso de Libra. A experiência nos mostrou que a partilha, com seu modelo de governança compartilhado entre o Estado e a iniciativa privada, favorece a implantação de soluções inovadoras, de processos de monitoramento de alta performance, bem como o estabelecimento de um modelo operacional consensual que busca a eficácia e, conseqüentemente, os melhores resultados para as partes.

Creditamos aos nossos colaboradores a superação dos desafios e os resultados alcançados em 2017. A cada dia estamos mais inseridos na ambiência do pré-sal, com um arcabouço de conhecimentos legal e metodológico. Toda essa experiência será dividida com os novos consorciados, por meio de um conjunto de procedimentos e metodologias de monitoramento dos projetos.

Com ética, colaboração, gestão e conhecimento técnico, estamos construindo um novo capítulo da história da exploração e produção do pré-sal brasileiro.

Ibsen Flores Lima

Diretor-presidente

Identificação Geral da Pré-Sal Petróleo

Em conformidade com o Art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2017.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

NIRE 53 5 0000531-5

Sede: Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

Tipo societário: Sociedade anônima

Acionista controlador: União

Tipo de capital: Fechado

Abrangência de atuação: No território nacional

Setor de atuação: Petróleo e gás

Diretor Financeiro ou de Relações com Investidores: Leandro Leme Junior

Auditores independentes atuais da empresa: Staff Auditoria & Assessoria EPP, (19) 3251-6111 e araujo@staff.cnt.br

Conselheiros de Administração subscretores da Carta Anual:

- Marcio Felix Carvalho Bezerra - presidente do Conselho - Ministério de Minas e Energia
- Ariosto Antunes Culau - Ministério da Fazenda
- Marcelo Pacheco dos Guarany's - Casa Civil da Presidência da República
- Ibsen Flores Lima, diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo

Administradores subscretores da Carta Anual de Governança Corporativa:

- Ibsen Flores Lima, diretor-presidente

Data de aprovação: 27/7/2018

Composição acionária

A Pré-Sal Petróleo teve sua criação autorizada em 2 de agosto de 2010, por meio da Lei nº 12.304. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, criou a empresa, aprovando o seu primeiro Estatuto Social e estabelecendo o capital social inicial de R\$ 50 milhões. Em 12 de novembro de 2013, ocorreu a Assembleia Geral de constituição da empresa. O capital social é 100% da União.

Interesse público subjacente às atividades empresariais

A Pré-Sal Petróleo iniciou suas atividades em novembro de 2013. A empresa é vinculada ao Ministério de Minas e Energia e atua em três grandes frentes: Gestão dos Contratos de Partilha de Produção, Gestão da Comercialização de Petróleo e Gás Natural e Representação da União nos Acordos de Individualização da Produção (AIPs) envolvendo áreas não contratadas internas ao Polígono do Pré-Sal ou a áreas estratégicas. Como representante da União no modelo de partilha de produção, tem como missão maximizar os resultados econômicos por meio de uma gestão eficiente, que concilie os interesses do Estado com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social.

Missão

Maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural.

Visão

Merecer o reconhecimento da sociedade, na qualidade de sócia dos consórcios, pela eficiência na gestão e viabilização econômica dos projetos, conciliando os interesses da União com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social.

Valores

Defesa do interesse nacional
Retidão e idoneidade
Clareza e transparência
Competência e capacitação técnica

Princípios de gestão da companhia:

- Contribuir para a elaboração de políticas públicas que visem o avanço do setor
- Agir com clareza e transparência ao comunicar nossa estratégia
- Gerir o contrato de partilha de forma eficiente e participativa
- Ser a interface técnica entre o governo e a indústria
- Visar os melhores resultados para a União e para o projeto
- Interagir com a indústria

O Polígono do Pré-Sal e a Pré-Sal Petróleo

O Polígono do Pré-Sal é uma das maiores províncias petrolíferas do mundo. Várias descobertas de campos gigantes têm sido feitas nessa área. Em 2017, a Pré-Sal Petróleo atuou na gestão do contrato de Libra, o único por enquanto em vigor. Acompanhou de perto as 2ª e 3ª rodadas de licitação, que tiveram lugar em 27 de outubro de 2017, tendo sido outorgados outros seis contratos de partilha de produção, a saber: Norte de Carcará (operado pela Statoil), Peroba (Petrobras), Sul de Gato do Mato (Shell), Alto de Cabo Frio Central (Petrobras), Alto de Cabo Frio Oeste (Shell) e Entorno de Sapinhoá (Petrobras). A partir de 2018, a empresa atuará também na gestão desses contratos.

A Pré-Sal Petróleo tem papel fundamental na governança dos consórcios, monitorando, aprovando e auditando as operações e os gastos passíveis de recuperação pelos contratados. Como gestora, a companhia é responsável por verificar o cumprimento da exigência de conteúdo nacional no desenvolvimento das jazidas do pré-sal, ajudando, assim, na política de fortalecimento da indústria nacional; também monitora e audita os custos e investimentos; avalia planos e fases de exploração e produção e a execução dos projetos. A empresa zela pela eficácia na condução desses contratos, somando forças com os contratados na busca dos melhores resultados para os projetos e, em consequência, para a União.

Políticas públicas – Atividades desenvolvidas

O marco regulatório que instituiu o regime de partilha da produção é a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo e de gás natural neste regime na área do pré-sal e em áreas estratégicas. A Lei nº 12.351/2010 instituiu ainda o Fundo Social, definindo sua estrutura e fontes de recursos.

A utilização da receita advinda da atividade de comercialização do petróleo e do gás natural da União é regulada por duas legislações. A primeira é a citada Lei nº 12.351/2010, que cria o Fundo Social e estabelece que toda receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União será a ele destinada. A finalidade do Fundo Social é a acumulação de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A segunda é a Lei 12.858, de 9 de setembro de 2013, que determina que 50% dos recursos do Fundo Social serão destinados à saúde e educação.

Dessa forma, com base nas políticas estabelecidas, as atividades da Pré-Sal Petróleo beneficiam diretamente a sociedade.

Objetivamente, a Pré-Sal Petróleo atuou em 2017 nas seguintes atividades:

Contrato de Partilha

- Gestão do Contrato de Partilha de Produção de Libra;
- Contribuição para a elaboração da minuta dos novos contratos de partilha de produção das 2ª, 3ª e 4ª rodadas de licitação em regime de partilha de produção; e
- Estruturação interna para assumir a gestão dos contratos de partilha de produção oriundos das 2ª e 3ª rodadas de licitação em regime de partilha de produção.

Acordos de Individualização da Produção (AIPs)

- Quatro acordos assinados - Jazida Compartilhada de Tartaruga Verde (Campo de Tartaruga Verde); Jazida Compartilhada de Lula/Sul de Lula (Campos de Lula e Sul de Lula); Jazida Compartilhada de Sapinhoá (Campo de Sapinhoá); e Jazida Compartilhada de Nautilus (Campo de Argonauta);
- Seis acordos em andamento; e
- 13 potenciais casos em avaliação ou a serem avaliados pela Pré-Sal Petróleo.

Comercialização do Petróleo e do Gás Natural da União

- Modelagem da comercialização;
- Tentativa de contratação de agente comercializador;
- Participação nos estudos buscando alternativas à comercialização do petróleo e do gás natural da União com a interveniência de um agente comercializador.
- Contribuição para a elaboração da Medida Provisória nº 811/2017.

Gestão do Contrato de Partilha de Produção de Libra

O Contrato de Partilha de Produção de Libra tem vigência de 35 anos a contar da data de sua assinatura, em 2 de dezembro de 2013. Cobre uma área de aproximadamente 1.547 quilômetros quadrados. O bônus de assinatura foi de R\$ 15 bilhões, e a expectativa inicial da Agência Nacional de Petróleo (ANP) compreendia volumes recuperáveis estimados entre 8 bilhões e 12 bilhões de barris de petróleo equivalente.

Os percentuais de conteúdo local aplicados às fases do projeto são de 37% para a fase de exploração e 55% e 59%, respectivamente, para as fases de desenvolvimento até e após 2021.

Como representante da União, a Pré-Sal Petróleo cumpriu papel decisivo na discussão e definição da estratégia de exploração e produção de Libra, compreendendo:

- A finalização do Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) do poço 2-ANP-2A-RJS, com a perfuração de poços de delimitação da jazida e a realização do Teste de Longa Duração (TLD) através do FPSO Pioneiro de Libra e posterior Declaração de Comercialidade da Área Noroeste de Libra (futuro Campo de Mero), ocorrida em 30/11/2017;
- Operacionalização de um Sistema de Produção Antecipada (SPA) com o FPSO Pioneiro de Libra;

- Aquisição da Sísmica 3D NODES, base para o monitoramento sísmico do reservatório;
- Perfuração de poços de avaliação de reservatórios, a fim de melhor definir as malhas de drenagem dos quatro sistemas definitivos de produção previstos para a Área Noroeste de Libra;
- Procedimentos para contratação dos FPSOs para os sistemas definitivos de produção; e
- Perfuração e completação dos poços de desenvolvimento para os quatro sistemas definitivos de produção.

Novos Contratos

Em 27 de outubro de 2017, foram realizadas as 2ª e 3ª rodadas de licitação no regime de partilha. Das oito áreas oferecidas, seis foram arrematadas, sendo vencedores os seguintes consórcios:

- Sul de Gato do Mato: Shell (Operador, 80%), Total (20%);
- Entorno de Sapinhoá: Petrobras (Op., 45%), Shell (30%), Repsol (25%);
- Norte de Carcará: Statoil (Op., 40%), Exxon (40%), Petrogal (20%);
- Peroba: Petrobras (Op., 40%), BP (40%), CNODC (20%);
- Alto de Cabo Frio Oeste: Shell (Op., 55%), QPI (25%), CNOOC (20%); e,
- Alto de Cabo Frio Central: Petrobras (Op., 50%), BP (50%).

O bônus de assinatura pago pelos consórcios vencedores totalizou R\$ 6,15 bilhões. Para duas das áreas (Sul de Gato do Mato - na 2ª Rodada - e Alto de Cabo Frio Oeste - na 3ª Rodada) foi oferecido o mínimo do excedente em óleo. Em outras quatro, houve considerável ágio sobre o valor mínimo de oferta. As ofertas vencedoras foram:

- Sul de Gato do Mato: 11,53% - sem ágio;
- Entorno de Sapinhoá: 80%, contra 10,34% previsto no edital;
- Norte de Carcará: 67,12% contra 22,08% previsto no edital;
- Peroba: 76,96%, contra 13,89% previsto no edital;
- Alto de Cabo Frio Oeste: 22,87% - sem ágio; e,
- Alto de Cabo Frio Central: 75,86%, contra 21,38% previsto no edital.

A Pré-Sal Petróleo realizou discussões internas e reuniões de alinhamento com os operadores vencedores, bem como preparou instruções visando orientar o relacionamento dos contratados com a gestora, segundo os conceitos de previsibilidade, simplicidade e padronização.

Acordos de Individualização da Produção (AIPs)

As atividades realizadas referentes aos Acordos de Individualização da Produção (AIPs) são enumeradas a seguir:

Acordos de Individualização da Produção - AIPs / Acordos Assinados – Fase de Produção

- Campo de Tartaruga Verde / Bacia de Campos, operador Petrobras
- Campos de Lula e Sul de Lula / Bacia de Santos, operador Petrobras
- Campo de Sapinhoá / Bacia de Santos, operador Petrobras
- Campo de Argonauta / Bacia de Campos, operador Shell

Acordos em Andamento – Fase de Produção

- Campo de Pirambu / Bacia de Campos, operador Petrobras
- Campo de Albacora - Forno / Bacia de Campos, operador Petrobras
- Campo de Baleia Azul / Bacia de Campos, operador Petrobras
- Campo Sul de Sapinhoá / Bacia de Santos, operador Petrobras
- Campo de Mero - Área de Libra / Bacia de Santos, operador Petrobras
- Campo de Atapu / Bacia de Santos, operador Petrobras

Acordos em avaliação / PADs

- Búzios
- Sagitário (BM-S-50)
- Gato do Mato
- Carcará
- Epitonium
- Caxaréu

Além dos acordos acima listados, há possibilidade de futuras atividades de avaliação nas seguintes áreas:

- Sururu
- Berbigão
- Sépia
- Prospecto de Júpiter
- BMS-24
- Bloco BM-C-34
- Bloco BM-C-32 (Itaipu, entorno de Jubarte)

Comercialização de petróleo e gás natural

A política de Comercialização de Petróleo e Gás Natural da União, aprovada na reunião do CNPE de 14 de dezembro de 2016 e publicada no Diário Oficial em 24 de março de 2017, estabeleceu as condições a serem seguidas pela Pré-Sal Petróleo na gestão da atividade, contemplando diretrizes gerais com vigência de 36 meses.

Visando à contratação de um agente comercializador, a Pré-Sal Petróleo preparou um projeto e submeteu à análise das empresas que, potencialmente, teriam interesse em atuar como agentes. A resposta obtida, contudo, denotou desinteresse das empresas em atuar como agentes comercializadores nas regras definidas na política de comercialização do petróleo e do gás natural da União.

Após articulação envolvendo os órgãos jurídicos da Pré-Sal Petróleo, do MME e da ANP, entendeu-se, consensualmente, não haver solução que dispensasse alteração na Lei nº 12.304/2010, de forma a permitir à Pré-Sal Petróleo a execução direta das atividades de comercialização.

A Medida Provisória nº 811/2017 oferece à Pré-Sal Petróleo a opção de atuar diretamente na comercialização dos hidrocarbonetos da União, caso as condições de mercado justifiquem essa opção.

Com relação às perspectivas de comercialização, tem-se como destaque o início da produção, por meio de um Teste de Longa Duração (posteriormente convertido para Sistema de Produção Antecipada) da Área de Desenvolvimento de Mero, em 26 de novembro de 2017.

Metas em relação ao desenvolvimento da atividade

O Conselho de Administração da Pré-Sal Petróleo S.A. aprovou, em reunião ordinária no dia 21 de dezembro de 2017, o seu Plano Estratégico para o quinquênio 2018-2022. O plano foi construído a partir das diretrizes estabelecidas na Lei n.º 12.304 e no Estatuto da PPSA, tomando, ainda, como referência, o Contrato de Partilha de Produção de Libra.

O trabalho de construção do Plano Estratégico 2018-2022 contou com o envolvimento direto da alta administração e demais gestores da empresa em todas as etapas de sua elaboração.

Desafios - Cenários para o horizonte 2018-2022

- Novos contratos de partilha de produção oriundos de licitações;
- Potenciais contratos de partilha das áreas do excedente da cessão onerosa (ECO);
- Comercialização de petróleo e gás da União;
- Projetos de individualização da produção em operação;
- Equalização de gastos e volumes (EGV) associada às individualizações da produção;
- Redeterminações nos AIPs;
- Continuidade das auditorias de custo e excedente em óleo.

O Plano Estratégico da Pré-Sal Petróleo é alicerçado em quatro diretrizes estratégicas construídas em consonância com os macroprocessos da companhia, quais sejam, a gestão dos Contratos de Partilha de Produção, a comercialização do petróleo e do gás natural da União, a representação da União nos acordos de individualização da produção no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas e a implantação da estrutura corporativa necessária ao enfrentamento dos desafios supramencionados e distribuídos conforme abaixo:

1. Praticar todos os atos necessários à gestão dos Contratos de Partilha de Produção:

Maximizar os resultados econômicos para a União, fazer cumprir as exigências contratuais referentes ao conteúdo local e zelar pela adoção das melhores práticas da indústria do petróleo. Adoção de modelo econômico próprio da Pré-Sal Petróleo para realização de análises e simulações.

2. Praticar todos os atos necessários à gestão dos Contratos de Comercialização de Petróleo e Gás Natural:

Executar as atribuições de gerir contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União de forma a garantir os melhores resultados para a União.

3. Representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes:

Executar as atribuições de representação da União em AIPs em áreas não contratadas, de forma a garantir os melhores resultados para a União em conformidade com a regulamentação existente.

4. Desenvolver a estrutura corporativa:

Desenvolver e implantar processos e sistemas que permitam a preparação da Pré-Sal Petróleo para fazer frente a suas obrigações legais; implementar procedimentos gerenciais; implantar o Sistema de Gestão da companhia, que engloba o Plano Anual de Negócios (PAN), o Gerenciamento da Rotina e o sistema BSC (*Balanced Scorecard*); implantar a gestão de risco da empresa, o programa de transparência e o programa de integridade.

Recursos para custeio

Os recursos para custeio e investimentos são advindos do contrato de remuneração pela gestão dos contratos e representação da União entre a Pré-Sal Petróleo e o Ministério de Minas e Energia (MME).

Informações financeiras

O exercício de 2017 resultou na apuração de um lucro líquido de R\$ 300 mil. No exercício de 2017, a empresa faturou, em média, R\$ 3,1 milhões por mês no contrato de remuneração e acumulou, no ano, R\$ 2,9 milhões em receitas financeiras. Também recuperou R\$ 2,8 milhões em impostos.

Comentários dos administradores

O pré-sal é um ativo com muitos significados para a sociedade. O Brasil já se posiciona como um dos principais atores na exploração e produção de petróleo e gás natural do mundo e aumentará sua relevância na medida em que os reservatórios do pré-sal se desenvolvam em sua plenitude. Por meio da gestão eficaz dos contratos de partilha, da representação da União nos acordos de individualização e da comercialização do petróleo e gás natural, a Pré-Sal Petróleo vem se consolidando como uma interlocutora atuante.

Mesmo diante do ineditismo de seu papel, a empresa tem obtido resultados evidentes de uma atuação pautada no cumprimento de seus objetivos e na busca de resultados. Nesses quatro anos, a companhia

promoveu a implantação de instrumentos gerenciais eficazes na gestão de seus contratos, trabalhando para a maximização de resultados para a União e para o desenvolvimento do regime de partilha no Brasil.

Com a comercialização do quinhão de petróleo e gás natural da União, a Pré-Sal Petróleo irá transformar a riqueza natural do país em resultados para a União e bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento para toda a sociedade.

Ao longo de 2017, destacam-se as seguintes deliberações do Conselho de Administração:

- Aprovação das bases para elaboração do Pré-AIP relativo à extensão da jazida de Libra para área não contratada, instrumento no qual a companhia representa a União;
- Aprovação do Código de Ética e Conduta da empresa;
- Aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório de Administração relativos ao exercício social de 2016;
- Aprovação do Plano Estratégico da Pré-Sal Petróleo para o triênio 2017-2019;
- Aprovação do Plano de Cargos e Salários para posterior encaminhamento à SEST-MP para validação;
- Acompanhamento do plano de ação para viabilização das receitas da União e garantia de recursos para a Pré-Sal Petróleo;
- Aprovação do Plano Estratégico 2018-2022;
- Aprovação do Programa de Dispêndios Globais (PDG) de 2018, em conformidade com o planejamento estratégico da empresa.

O Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2017 em conformidade com o Art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

A Administração da Pré-Sal Petróleo aprovou a Política de Gestão de Riscos da empresa e consolidou todas as novas exigências legais de forma a efetivar, dentro dos prazos legais, os ajustes necessários no seu estatuto social.

Para validar o cumprimento de suas atividades e minimizar parte dos riscos, a companhia conta com uma auditoria interna, um órgão de controle independente, ligado diretamente ao Conselho de Administração. A auditoria é responsável por fortalecer a gestão e assessorar a alta administração; desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, contribuindo para a legalidade, a impessoalidade e a probidade dos atos da administração; zelar pelo cumprimento dos objetivos estratégicos; e dar apoio aos órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU) do Governo Federal.

Políticas e práticas de governança corporativa

A Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, trouxe importantes definições sobre os requisitos mínimos a serem observados pelas empresas públicas no tocante aos temas governança, transparência, integridade e controles internos.

Em 14 de janeiro de 2016, a Diretoria Executiva aprovou a criação do Comitê de Governança e Conformidade (CGC), com subordinação funcional ao diretor-presidente. O CGC tem regimento interno próprio, é composto por quatro empregados da companhia representando cada uma das diretorias e é assessorado pela consultoria jurídica e auditoria interna. Atua sob a coordenação de empregado ocupante de função gerencial, com experiência em auditoria, controles internos, governança corporativa e prática anticorrupção. O comitê funcionou regularmente ao longo de 2017.

Diante desse quadro de aprimoramento da governança nas estatais, a Diretoria Executiva, empossada em 16 de novembro de 2016, aprovou o Código de Conduta e Integridade e identificou como um dos objetivos estratégicos a implantação do seu Programa de Integridade. A administração também aprovou a Política de Gestão de Riscos da Pré-Sal Petróleo.

No tocante à gestão da integridade, a empresa aprovou seu Código de Ética e Conduta em consonância com sua missão, visão e valores e aderiu ao sistema de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o e-OUV. Este é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (sugestão, elogio, solicitação, reclamação e denúncia) e está disponível na Internet com funcionamento 24 horas. É um canal sigiloso e seguro, para registro de manifestações internas e externas.

A estrutura corrente de governança corporativa da Pré-Sal Petróleo é formada pelos Conselhos de Administração e Fiscal compostos, respectivamente, por cinco e três membros, tendo o Conselho Fiscal três conselheiros suplentes. Os membros do Conselho de Administração, a exemplo dos diretores, atuam de forma colegiada, não têm função executiva na companhia, com exceção do diretor-presidente, e são nomeados pela Presidência da República. Os conselheiros fiscais são nomeados pela Assembleia de Acionistas. Ambos os conselhos organizam reuniões mensais, minimamente.

A Pré-Sal tem suas demonstrações financeiras anuais submetidas ao exame de auditoria independente, com vistas à emissão de parecer, prática que vem sendo adotada desde o início das atividades da companhia. A política adotada na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Paralelamente aos seus encargos como empresa pública, a Pré-Sal Petróleo se pauta pela Lei das Sociedades por Ações, atuando em consonância no que diz respeito à edição de relatórios e aprovações de praxe nas Assembleias Gerais. O capital social da empresa é composto exclusivamente por ações ordinárias.

Descrição da composição e da remuneração da administração

A estrutura organizacional aprovada para a Pré-Sal Petróleo é enxuta, por excelência, e combina a clássica estrutura funcional vertical com a estrutura horizontal por projetos, buscando o melhor desempenho no cumprimento de objetivos e missão, com foco na gestão de contratos e melhor aproveitamento de recursos. A empresa é focada em maximizar os resultados econômicos das atividades do pré-sal em favor da União.

Conforme o seu Estatuto Social, a Pré-Sal Petróleo terá até 150 empregados efetivos, além de 30 funções gratificadas de livre provimento, com regime de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nos termos do artigo 13 da Lei nº 12.304/2010.

A contratação de pessoal efetivo está condicionada à aprovação em processo seletivo público.

Em 31 de dezembro de 2017, o efetivo de pessoal era composto por 29 funções gratificadas de livre provimento, ocupadas por profissionais com experiência comprovada na indústria do petróleo e formação educacional aprimorada, em nível de especialização (13 empregados), mestrado (seis empregados) e doutorado (três empregados, que também estão incluídos entre aqueles com mestrado).

De acordo com o planejamento de recursos humanos, a companhia realizou o processo seletivo público para a seleção de profissionais a serem contratados em 2018, por prazo determinado, pelo período máximo de dois anos, para alocação em serviços e atividades de caráter transitório, conforme faculdade prevista no artigo 15 da Lei nº 12.304/2010 e aprovada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, por meio da Portaria nº 31 de 6/12/2017.

A alta administração da empresa é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Todos os diretores executivos são nomeados pelo Presidente da República, após indicação do MME.

A remuneração global dos administradores é aprovada na Assembleia Geral realizada anualmente. Os benefícios referem-se a auxílio refeição e auxílio assistência médica.

Valor anual da remuneração individual máxima e mínima dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal (R\$)

	Diretoria Executiva			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
nº de membros	4	4	4	5	5	5	3	3	3
valor da maior remuneração	973.768	973.768	957.295	91.656	91.656	90.066	91.656	91.656	90.066
valor da menor remuneração	928.825	928.825	913.111	91.656	91.656	90.066	91.656	91.656	90.066
Valor médio da remuneração	940.060	940.060	924.157	91.656	91.656	90.066	91.656	91.656	90.066

Nota: Na composição da remuneração individual estão incluídos os honorários mensais, as férias e a gratificação natalina

A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-presidente, Diretor de Gestão de Contratos, Diretor Técnico e de Fiscalização e Diretor de Administração, Controle e Finanças. As nomeações dos diretores da Pré-Sal Petróleo para o biênio 2016-2018 foram publicadas em 16 de novembro de 2016 no Diário Oficial da União. Foram nomeados: para diretor-presidente, o engenheiro Ibsen Flores Lima; para diretor de Gestão de Contratos, o geólogo Hercules Tadeu Ferreira da Silva; para diretor Técnico e de Fiscalização, o engenheiro Paulo Moreira de Carvalho; e para diretor de Administração, Controle e Finanças, o engenheiro Leandro Leme Júnior.

O Conselho de Administração, cujos membros são nomeados pelo Presidente da República, é constituído por um conselheiro indicado pelo MME, que o preside, um conselheiro indicado pelo Ministério da Fazenda, um conselheiro indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um conselheiro indicado pela Casa Civil da Presidência da República e pelo diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo S.A. Márcio Félix Carvalho Bezerra é o presidente do conselho. Os demais conselheiros são: Ariosto Antunes Culau - Ministério da Fazenda; Marcelo Pacheco dos Guarany's - Casa Civil da Presidência da República; e Ibsen Flores Lima - diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo.

A Pré-Sal Petróleo S.A. tem um Conselho Fiscal, cujos membros são eleitos pela Assembleia Geral, constituído por dois conselheiros titulares, e respectivos suplentes, indicados pelo Ministério de Minas e Energia, e um conselheiro titular, e respectivo suplente, indicado pelo Ministério da Fazenda. O conselho é composto pelos seguintes membros: Jenner Guimarães do Rêgo - Ministério de Minas e Energia; Mariângela Fialek - Ministério de Minas e Energia; e Fabiano Maia Pereira - Ministério da Fazenda.